

## POLÍTICA FISCAL

### Estimativa preliminar do resultado primário do governo central em fevereiro de 2023

De acordo com dados da execução orçamentária registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal, obtidos por meio do Tesouro Gerencial, os quais fornecem boa aproximação com os dados oficiais relativos ao resultado primário que será divulgado posteriormente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN),<sup>1</sup> o mês de fevereiro de 2023 apresentou um déficit primário de R\$ 41,6 bilhões nas contas do governo central. Como mostra a tabela 1, a receita líquida do governo central atingiu R\$ 101,8 bilhões nesse mês, decréscimo em termos reais de 17,5% quando comparada com fevereiro de 2022, ao passo que a despesa totalizou R\$ 143,5 bilhões, decréscimo de 1,1% na mesma base de comparação. No acumulado do ano até fevereiro, o superávit primário está em R\$ 37,3 bilhões, em reais desse mês, contra um superávit de R\$ 60,4 bilhões em igual período de 2022.

Em fevereiro, a receita total apresentou um decréscimo real de 12,2%, quando comparada com o montante arrecadado no mesmo mês de 2022. Essa queda foi fortemente impactada pela evolução das receitas não administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB) no período, que tiveram uma redução em termos reais de 56,8%. Na mesma base de comparação, as receitas administradas pela RFB apresentaram uma queda de 5,1%, ao passo que a arrecadação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e as transferências legais e constitucionais a entes subnacionais cresceram 3,9% e 0,7%, respectivamente, sempre em termos reais. Com isso, a receita líquida de transferências caiu 17,5%. No acumulado do ano até fevereiro, a receita total registrou uma variação real negativa de -3,4%, fortemente impactada pelas receitas não administradas pela RFB, que tiveram um decréscimo de 25,1% (tabela 1).

Com relação à despesa total, ainda na tabela 1, o mês de fevereiro registrou uma queda real de 1,1% relativamente ao mesmo mês de 2022. No acumulado do ano, a despesa total cresceu 2,4%, em relação ao mesmo período do ano passado, com destaque para a expansão das despesas com a previdência, no valor de R\$ 6,6 bilhões (5,4%), e das despesas sujeitas à programação financeira, no valor de R\$ 14,3 bilhões (30,3%). O aumento nessas despesas foi parcialmente

#### Sergio Ferreira

Analista de planejamento e orçamento na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea)

sergio.ferreira@ipea.gov.br

#### Felipe Martins

Pesquisador do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dimac/Ipea.

felipe.martins@ipea.gov.br

Divulgado em 13 de março de 2023.

1. Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2022/07/estimativa-preliminar-do-resultado-primario-do-governo-central-em-junho-de-2022/> >.

compensado pelas reduções de despesas com pessoal – R\$ 1,2 bilhão (-2,1%) – e de outras despesas obrigatórias – R\$ 13,1 bilhões (-23,9%) –, na mesma base de comparação.

TABELA 1  
**Governo central – resultado primário a preços constantes**

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de fev./2023)		Taxa de variação (%)	Janeiro-fevereiro (preços constantes, R\$ milhões de fev./2023)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de fev./2023)		Taxa de variação (%)
	fev./2022	fev./2023		2022	2023		Até fev./2022	Até fev./2023	
<b>1-Receita Total</b>	<b>174.569</b>	<b>153.236</b>	<b>-12,2</b>	<b>426.910</b>	<b>412.329</b>	<b>-3,4</b>	<b>2.234.623</b>	<b>2.370.014</b>	<b>6,1</b>
1.1 - Receita Administrada pela RFB	100.853	95.741	-5,1	279.013	274.704	-1,5	1.377.582	1.429.789	3,8
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-178	-58	67,6
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	42.266	43.896	3,9	84.931	90.479	6,5	524.475	557.110	6,2
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	31.450	13.598	-56,8	62.966	47.147	-25,1	332.743	383.174	15,2
<b>2. Transf. Por Repartição de Receita</b>	<b>51.075</b>	<b>51.413</b>	<b>0,7</b>	<b>86.492</b>	<b>88.405</b>	<b>2,2</b>	<b>412.743</b>	<b>473.034</b>	<b>14,6</b>
<b>3. Receita Líquida (1-2)</b>	<b>123.494</b>	<b>101.823</b>	<b>-17,5</b>	<b>340.418</b>	<b>323.924</b>	<b>-4,8</b>	<b>1.821.880</b>	<b>1.896.981</b>	<b>4,1</b>
<b>4. Despesa Total</b>	<b>145.001</b>	<b>143.472</b>	<b>-1,1</b>	<b>279.996</b>	<b>286.589</b>	<b>2,4</b>	<b>1.828.488</b>	<b>1.862.186</b>	<b>1,8</b>
4.1 Benefícios Previdenciários	62.367	65.128	4,4	121.770	128.367	5,4	799.073	827.227	3,5
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	26.555	26.246	-1,2	56.169	54.998	-2,1	365.701	346.930	-5,1
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	29.425	20.179	-31,4	54.933	41.820	-23,9	350.770	291.949	-16,8
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	26.653	31.920	19,8	47.123	61.404	30,3	312.944	396.080	26,6
<b>5. Resultado Primário Governo Central - Acima da linha (3 - 4)</b>	<b>-21.507</b>	<b>-41.649</b>	<b>93,7</b>	<b>60.422</b>	<b>37.335</b>	<b>-38,2</b>	<b>-6.608</b>	<b>34.795</b>	<b>626,6</b>

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A tabela 2 apresenta um detalhamento adicional da arrecadação. No que se refere às receitas administradas pela RFB, em fevereiro foi registrado um decréscimo real de arrecadação de R\$ 5,1 bilhões (-5,1%) em relação ao mesmo mês do ano passado, impactada, principalmente, pelas reduções em Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) – R\$ 2,6 bilhões (-39,6%); Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) – R\$ 23 milhões (-0,5%); Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) – R\$ 2,5 bilhões (-11,4%); e Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) – R\$ 1,1 bilhão (-16,5%). Todos esses valores foram parcialmente compensados pelos aumentos de arrecadação do Imposto de Renda – R\$ 2,2 bilhões (4,9%); e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – R\$ 1,3 bilhão (13,8%). As receitas não administradas pela RFB apresentaram, em fevereiro, uma redução de R\$ 17,9 bilhões (-56,8%) em relação ao mesmo mês de 2022.

No acumulado do ano, ainda na tabela 2, as receitas apresentaram um decréscimo real, quando comparadas com o mesmo período do ano passado, de R\$ 14,6 bilhões (-3,4%), com as receitas administradas caindo R\$ 4,3 bilhões (-1,5%), as não administradas com decréscimo de R\$ 15,8 bilhões (-25,1%) e a arrecadação líquida para o RGPS apresentando um crescimento de R\$ 5,5 bilhões (6,5%). A queda das receitas administradas no acumulado dos dois primeiros meses do ano, em comparação com o mesmo período de 2022, ocorreu de forma generalizada em todas as aberturas, com exceção do Imposto de Renda – crescimento de R\$ 12,1 bilhões (9%) – e do IOF – elevação de R\$ 405 milhões (4,1%) –, os quais foram insuficientes para compensar a queda de arrecadação de R\$ 16,8 bilhões nos demais itens da receita administrada. Nas receitas não administradas, os destaques foram as concessões e permissões, a exploração de recursos naturais e demais receitas não administradas pela RFB, que apresentaram queda no acumulado do ano de R\$ 18,4 bilhões (-37,9%), em valores reais na mesma base de comparação, parcialmente compensada pelo crescimento real da receita com dividendos no valor de R\$ 2,6 bilhões.

TABELA 2

Principais componentes da receita do governo central – preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de fev./2023)		Taxa de variação (%)	Janeiro-fevereiro (preços constantes, R\$ milhões de fev./2023)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de fev./2023)		Taxa de variação (%)
	fev./2022	fev./2023		2022	2023		Até fev./2022	Até fev./2023	
<b>1-Receita Total</b>	<b>174.569</b>	<b>153.236</b>	<b>-12,2</b>	<b>426.910</b>	<b>412.329</b>	<b>-3,4</b>	<b>2.234.623</b>	<b>2.370.014</b>	<b>6,1</b>
<b>1.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>100.853</b>	<b>95.741</b>	<b>-5,1</b>	<b>279.013</b>	<b>274.704</b>	<b>-1,5</b>	<b>1.377.582</b>	<b>1.429.789</b>	<b>3,8</b>
1.1.01 Imposto de Importação	4.824	3.909	-19,0	10.529	8.863	-15,8	68.857	59.248	-14,0
1.1.02 IPI	6.473	3.909	-39,6	12.729	8.828	-30,6	80.582	57.927	-28,1
1.1.03 Imposto de Renda	44.113	46.266	4,9	133.884	145.992	9,0	603.666	700.368	16,0
1.1.04 IOF	4.821	4.798	-0,5	9.839	10.244	4,1	58.357	61.284	5,0
1.1.05 Cofins	21.567	19.102	-11,4	48.261	43.689	-9,5	304.233	280.693	-7,7
1.1.06 PIS/Pasep	6.822	5.699	-16,5	14.377	14.051	-2,3	84.796	82.168	-3,1
1.1.07 CSLL	9.417	10.712	13,8	43.629	38.621	-11,5	143.367	159.038	10,9
1.1.09 CIDE Combustíveis	209	1	-99,7	468	2	-99,5	2.526	1.270	-49,7
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	2.607	1.346	-48,4	5.299	4.414	-16,7	31.198	27.793	-10,9
<b>1.2 - Incentivos Fiscais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-178</b>	<b>-58</b>	<b>-67,6</b>
<b>1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>42.266</b>	<b>43.896</b>	<b>3,9</b>	<b>84.931</b>	<b>90.479</b>	<b>6,5</b>	<b>524.475</b>	<b>557.110</b>	<b>6,2</b>
<b>1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>31.450</b>	<b>13.598</b>	<b>-56,8</b>	<b>62.966</b>	<b>47.147</b>	<b>-25,1</b>	<b>332.743</b>	<b>383.174</b>	<b>15,2</b>
1.4.1 Concessões e Permissões	11.992	68	-99,4	12.730	792	-93,8	22.740	36.202	59,2
1.4.2 Dividendos e Participações	3.796	81	-97,9	3.796	6.442	69,7	50.791	91.729	80,6
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.395	1.223	-12,3	2.802	2.467	-12,0	19.767	17.465	-11,6
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	6.038	5.905	-2,2	25.418	22.691	-10,7	116.290	133.993	15,2
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.609	600	-62,7	3.354	3.304	-1,5	19.019	21.678	14,0
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	2.163	2.377	9,9	4.443	4.761	7,2	27.014	28.417	5,2
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	-	-	-	-	-	-	34	89	157,7
1.4.8 Demais Receitas Não Administradas pela RFB	4.458	3.345	-25,0	10.422	6.689	-35,8	77.087	53.601	-30,5
<b>2. Transf. Por Repartição de Receita</b>	<b>51.075</b>	<b>51.413</b>	<b>0,7</b>	<b>86.492</b>	<b>88.405</b>	<b>2,2</b>	<b>412.743</b>	<b>473.034</b>	<b>14,6</b>
<b>3. Receita Líquida (1-2)</b>	<b>123.494</b>	<b>101.823</b>	<b>-17,5</b>	<b>340.418</b>	<b>323.924</b>	<b>-4,8</b>	<b>1.821.880</b>	<b>1.896.981</b>	<b>4,1</b>

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico; FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; LC – lei complementar.

Ao desagregar as despesas em fevereiro (tabela 3), pode-se observar que as maiores variações em relação ao mesmo mês do ano anterior ocorreram em benefícios previdenciários e nas despesas obrigatórias com controle de fluxo (influenciadas pelo pagamento do Auxílio Brasil), que totalizaram um crescimento real de R\$ 8,2 bilhões (10,1%), compensados em sua maior parte pela queda de despesas com abono e seguro-desemprego e créditos extraordinários no montante de R\$ 8,6 bilhões.

No acumulado do ano, as despesas totais tiveram um crescimento real de R\$ 6,6 bilhões (2,4%), com destaque para os benefícios previdenciários, com crescimento real de 5,4%; as despesas com Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social (BPC/LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV), com alta de 9,9%; o gasto com a complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que cresceu 26,8%; e as despesas do Poder Executivo sujeitas à programação financeira, com aumento de 30,3%, muito em função do crescimento das despesas com o Programa Bolsa Família. Entretanto, algumas despesas apresentaram expressiva redução real no acumulado do ano, em comparação com o mesmo período de 2022, com destaque para as despesas com abono e seguro-desemprego, que tiveram uma queda de R\$ 6,6 bilhões (-36,5%), e a despesa com créditos extraordinários, com redução de R\$ 6,4 bilhões (-95,7%).

TABELA 3

Principais componentes da despesa do governo central – preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de fev./2023)		Taxa de variação (%)	Janeiro-fevereiro (preços constantes, R\$ milhões de fev./2023)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de fev./2023)		Taxa de variação (%)
	fev./2022	fev./2023		2022	2023		Até fev./2022	Até fev./2023	
<b>4. DESPESA TOTAL</b>	<b>145.001</b>	<b>143.472</b>	<b>-1,1</b>	<b>279.996</b>	<b>286.589</b>	<b>2,4</b>	<b>1.828.488</b>	<b>1.862.186</b>	<b>1,8</b>
<b>4.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>62.367</b>	<b>65.128</b>	<b>4,4</b>	<b>121.770</b>	<b>128.367</b>	<b>5,4</b>	<b>799.073</b>	<b>827.227</b>	<b>3,5</b>
<b>4.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>26.555</b>	<b>26.246</b>	<b>-1,2</b>	<b>56.169</b>	<b>54.998</b>	<b>-2,1</b>	<b>365.701</b>	<b>346.930</b>	<b>-5,1</b>
<b>4.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>29.425</b>	<b>20.179</b>	<b>-31,4</b>	<b>54.933</b>	<b>41.820</b>	<b>-23,9</b>	<b>350.770</b>	<b>291.949</b>	<b>-16,8</b>
4.3.01 Abono e Seguro Desemprego	13.348	7.625	-42,9	18.143	11.527	-36,5	51.520	60.004	16,5
4.3.02 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	6.541	7.135	9,1	12.856	14.127	9,9	76.307	82.481	8,1
4.3.03 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	3.029	131	-95,7	6.683	288	-95,7	134.873	41.995	-68,9
4.3.04 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	664	0	-100,0	1.167	0	-100,0	8.240	2.057	-75,0
4.3.05 FUNDEB (Complem. União)	1.788	2.103	17,6	7.056	8.948	26,8	26.667	35.834	34,4
4.3.06 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	909	1.038	14,3	1.542	2.053	33,2	12.443	15.919	27,9
4.3.07 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	351	332	-5,3	705	667	-5,4	4.421	4.072	-7,9
4.3.08 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	126	187	47,9	328	405	23,3	21.187	17.824	-15,9
4.3.09 Subsídios, Subvenções e Proagro	1.990	1.159	-41,7	5.140	2.812	-45,3	11.028	13.526	22,6
4.3.10 Impacto Primário do FIES	262	0	-100,0	573	173	-69,9	-1.911	357	-118,7
4.3.11 Demais Despesas Obrigatórias	417	469	12,3	739	820	10,9	5.996	17.881	198,2
<b>4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira</b>	<b>26.653</b>	<b>31.920</b>	<b>19,8</b>	<b>47.123</b>	<b>61.404</b>	<b>30,3</b>	<b>312.944</b>	<b>396.080</b>	<b>26,6</b>
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	18.723	24.125	28,9	35.817	48.269	34,8	173.268	238.184	37,5
4.4.2 Despesas Discricionárias	7.931	7.795	-1,7	11.307	13.135	16,2	139.676	157.896	13,0

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: PAC – Programa de Aceleração do Crescimento; MPU – Ministério Público da União; DPU – Defensoria Pública da União; Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

**Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):**

Claudio Roberto Amitrano (Diretor)

Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa (Coordenadora-Geral de Estudos e Políticas Macroeconômicas)

**Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:**

Estêvão Kopschitz Xavier Bastos (Editor)

Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Leonardo Mello de Carvalho

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti

Maria Andréia Parente Lameiras

Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa

Sandro Sacchet de Carvalho

**Pesquisadores Visitantes:**

Ana Cecília Kreter

Andreza Aparecida Palma

Antônio Carlos Simões Florido

Cristiano da Costa Silva

Sidney Martins Caetano

**Equipe de Assistentes:**

Alexandre Magno de Almeida Leão

Antonio Henrique Carlota de Carvalho

Caio Rodrigues Gomes Leite

Diego Rosalino Marques

Felipe dos Santos Martins

Marcelo Lima de Moraes

Pedro Mendes Garcia

Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

**Design/Diagramação:**

Augusto Lopes dos Santos Borges

Leonardo Simão Lago Alvite

---

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

---